

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA **REALIZADA A 15 DE MAIO DE 2024.**

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro pelas nove horas e trinta e cinco minutos no Pequeno Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira em sessão ordinária.

Nesta reunião estiveram presentes os seguintes conselheiros:

Presidentes de câmaras municipais:

- **José Gabriel do Álamo de Meneses** – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- **Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira** – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Presidentes de assembleias municipais:

- **Rita Belo Santos** – 2.ª Secretária da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo (em substituição do seu presidente Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha).
- **Paulo Manuel Martins Luís** – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. (1.º Secretário da Mesa).

Membros eleitos pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo:

- **José Miguel de Freitas Toste.**
- **Marcelo Leal Pamplona.**
- **Nuno Alberto Lopes Melo Alves.**

Membros eleitos pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória:

- **Valdemar Manuel Dias Toste.**

Presidentes de juntas de freguesia da ilha Terceira:

- **João Paulo da Costa Moniz** – Presidente da Junta de Freguesia de São Bento (AH).

Representante do Governo Regional dos Açores:

- **Rui Miguel Mendes Espínola.**

Representantes dos setores empresariais:

- **Marcos Duarte Machado do Couto** – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. (Presidente da Mesa).
- **Helga da Rocha Barcelos** – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Representantes dos movimentos sindicais:

- **Orivaldo Manuel Bettencourt da Costa Chaves** – UGT.

Representante das associações agrícolas:

- **José António Sozinho Azevedo** – Associação Agrícola da Ilha Terceira. (2.º Secretário da Mesa)

Representante das associações não-governamentais ligadas ao ambiente:

- **Paulo José Mendes Barcelos** – Os Montanheiros.

Representante das associações de defesa da igualdade de género:

- **Raquel Azevedo Silva Cardoso Costa** – UMAR.

Representante da Universidade dos Açores:

- **Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho**.

Deputados em representação da ilha Terceira na ALRAA:

- **Andreia Costa (PS), Hélia Cardoso (CHEGA), José Miguel de Freitas Toste (PS)**.

Ausências justificadas:

- **Carlos Henrique da Costa Neves** – Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.
- **João Canedo Reis** – URIPSSA.
- **José Adriano Meneses Laranjo** – Assembleia Municipal da Praia da Vitória.
- **Maria Cecília Narciso V. Sousa Costa** – Presidente da Junta de Freguesia da Sé (AH).
- **Maria Judite Gomes Parreira** – Assembleia Municipal da Praia da Vitória.
- **Paulo Rui Pacheco de Sousa** – Presidente da Junta de Freguesia das Fontinhas (PV).
- **Valter Manuel Linhares Peres** – Assembleia Municipal da Praia da Vitória.
- **Vítor Silva** – CGTP.

Ausências não justificadas:

- **Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha** – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.
- **Paulo Rocha** – FRUTER.
- **Paulo Rogério Pereira de Melo** – Associação Terceirense de Armadores.

Deputados: **Berto Messias (PS), Francisco Lima (CHEGA), Luís Leal (PS), Luís Soares (PSD), Nídia Inácio (PSD), Paulo Gomes (PSD), Paulo Rui Chaves (PSD), Pedro Pinto (CDS-PP)**.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa pôs à discussão e votação a ata da reunião ordinária do Conselho de Ilha da Terceira realizada a 23-10-2023. Não se tendo verificado quaisquer intervenções por parte dos senhores conselheiros, a referida ata foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Conselheiro Marcos Couto (CAAH – presidente da Mesa): Muito bom dia a todos. Vamos dar início à nossa reunião ordinária do Conselho de Ilha da Terceira.

Ponto 1 – Emissão de Parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XIII «Orientações de Médio Prazo 2024-2028» e proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XIII «Plano Regional Anual para o ano de 2024».

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Muito bom dia a todos os senhores conselheiros.

Tivemos uma reunião sobre este assunto há relativamente pouco tempo e entretanto nada aconteceu. Normalmente não fazemos uma segunda reunião e por uma questão de coerência este Conselho deve informar que nada mais tem a dizer sobre o que já foi dito para não reiniciarmos mais um debate sem sentido e claramente pouco frutífero. O Conselho de Ilha deve dizer que debateu o assunto na reunião anterior e enviou a documentação na devida altura.

Conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Muito bom dia a todos.

Concordo em parte com o senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo porque temos aqui dois pareceres. Este Conselho de Ilha já se pronunciou e elencou os motivos respeitantes à não apresentação de um parecer sobre a anteproposta de plano e orçamento, mas há aqui um segundo documento que são as «Orientações de Médio Prazo 2024-2028». Na minha opinião, este ponto deveria ser dividido em dois já que, e segundo a intervenção do senhor professor Álamo de Meneses, a anteproposta foi analisada há relativamente pouco tempo e não há aqui grandes diferenças em relação ao próprio plano. Contudo, acho que não devemos abdicar de emitir um parecer sobre as «Orientações de Médio Prazo 2024-2028» que são apresentadas pelo Governo Regional no início de cada legislatura.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Não tive a oportunidade de ler todas as «Orientações a Médio Prazo» tão bem como li a ata. Li apenas uma parte, o que posso dizer é que são orientações genéricas sobre as quais muito pouco haverá a dizer da parte deste Conselho de Ilha e não se trata de concordância ou discordância. O Governo apresenta legitimamente as orientações em função do seu programa e este Conselho deve informar que tomou conhecimento, mas não existe um grau de concretização que nos permita fazer um debate ao nível de ilha.

Conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Mantendo a coerência neste Conselho, lembro que temos feito algumas considerações acerca das Orientações de Médio Prazo no início de cada governação. Na sua reunião de 5 de abril de 2021, este Conselho emitiu um

parecer com algumas ressalvas, e bem, fazendo referência ao «Terceira Tech Island», ao porto da Praia da Vitória e aos bairros sociais, entre outros assuntos de interesse para a ilha Terceira.

Nunca abdicámos de emitir um parecer sobre as estratégias que cada governo apresenta no início do seu mandato. Concordo que devemos manter a coerência quase *ipsis verbis* a respeito do que apreciámos nas últimas semanas mas, na minha opinião, devemos emitir um parecer acerca das «Orientações de Médio Prazo 2024-2028».

Tal como eu, as entidades e instituições aqui representadas devem ter feito a recolha de algumas matérias de interesse para a ilha Terceira que deverão constar nesta proposta. Não devemos deixar passar a oportunidade de indicar ao Governo Regional o que consideramos necessário manter ou acrescentar nestas Orientações de Médio Prazo para os próximos quatro anos.

Conselheiro José Toste (em representação da AMAH): Muito bom dia a todos.

O documento das «Orientações de Médio Prazo 2024-2028» foi apresentado simultaneamente com a «Anteproposta de Plano e Orçamento». Apesar de a convocatória referir apenas os dois, trata-se de um conjunto de documentos que foram avaliados e tidos em consideração aquando da emissão de parecer na última reunião do Conselho de Ilha. A questão que se coloca é saber se o parecer que foi emitido a respeito desses três documentos, deve ou não ser repetido relativamente às propostas porque não me parece que tenha havido qualquer alteração entre as antepropostas e as propostas que agora são apresentadas.

Podemos optar pela repetição do parecer com outro nome, fazendo referência às propostas que têm exatamente o mesmo conteúdo ou seguir a via da mera remissão, dizendo que o parecer relativamente às propostas é idêntico ao parecer que este Conselho emitiu relativamente às antepropostas. Percebo que se possa fazer um debate mais aprofundado mas a questão é que, à partida, a credibilidade desses documentos foi posta em causa e o que saiu foi um comunicado no sentido de censurar de forma mais leve o nosso parecer relativamente à proposta de orçamento que foi chumbada. Entendo que não vale a pena emitirmos um novo parecer, dado que a Assembleia Legislativa Regional já foi informada da nossa posição.

As posições dos vários Conselhos de Ilha da região foram distribuídas a todos os senhores deputados e tornadas públicas. Esta tentativa de repetição de parecer parece-nos inadequada e abre um precedente de repetição de pareceres relativamente às antepropostas e às propostas. No passado, apenas se emitiam pareceres às antepropostas e é o que deve ser feito, ou seja, o Governo Regional deve ter conhecimento das posições dos Conselhos de Ilha antes da apresentação da sua proposta de plano e orçamento e, na maioria das vezes, os pareceres dos Conselhos de Ilha são recebidos na data em que a proposta é entregue na ALR. Não me parece adequado projetar sobre a Assembleia, o ónus de eventualmente alterar as

Orientações de Médio Prazo de uma proposta cuja iniciativa principal advém do Governo Regional com competência exclusiva.

A devido tempo e no prazo que tradicionalmente é dado aos Conselhos de Ilha, emitimos o nosso parecer à entidade preponente deste plano e orçamento. Tendo ou não sido valorado, não me parece adequado emitirmos um novo parecer a uma semana da discussão do plano e orçamento na Assembleia Legislativa Regional.

Conselheiro Nuno Melo Alves (em representação da AMAH): Muito bom dia senhoras e senhores conselheiros.

A anteproposta sobre a qual o Conselho de Ilha se pronunciou é uma anteproposta do Governo que é votada e aprovada posteriormente em sede de Conselho do Governo; a partir do momento em que é submetida, passa a ser um documento da Assembleia Legislativa Regional, caso contrário, os partidos não poderiam apresentar propostas de alteração nas discussões do plano e orçamento.

Este parecer é pedido pela Comissão dos Assuntos Económicos para que o Conselho de Ilha se pronuncie no pressuposto de haver algumas alterações e correções em função das propostas recebidas face à anteproposta. São dois documentos distintos de dois protagonistas distintos com dois *timings* também distintos.

Na sequência do incêndio no HDES e numa atitude muito correta, o Governo Regional pediu a concertação com todos os partidos para a eventual necessidade de alterações aos documentos do plano e orçamento para que, o que aconteceu no hospital, não seja uma arma de arremesso político. Esta é a confirmação de que, a partir do momento em que são entregues na Assembleia Legislativa regional, estes documentos já não são do Governo. É de louvar também a atitude do Partido Socialista ao demonstrar abertura perante as atuais circunstâncias, alterando a posição firme que tinha assumido ao votar contra os documentos.

Estando perante dois documentos distintos, a não emissão de parecer seria uma falta de respeito para com a Assembleia Legislativa Regional que se quer plural e central na discussão política. Mesmo que seja uma cópia do anterior, deve ser emitido um parecer distinto com um novo número de ofício, dando o devido destaque à competência deste Conselho de Ilha. Fazendo sentido ou não, é esta a legislação que temos e que poderá suscitar uma discussão deveras importante numa outra altura.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Creio que o senhor conselheiro Nuno Melo Alves tem razão e não custa nada enviar um ofício dirigido agora à comissão respetiva ou ao senhor presidente da ALR, informando que este Conselho se pronunciou a devido tempo.

A segunda questão é bem mais relevante. Embora estivesse subjacente, a verdade é que na nossa última reunião não debatemos explicitamente as «Orientações de Médio Prazo 2024-2028», uma decisão que caberá a este Conselho.

O senhor presidente da Mesa propôs um intervalo de cerca de dez minutos.

Conselheiro Marcos Couto (CAAH – presidente da Mesa): Coloco à consideração dos senhores conselheiros a divisão do documento para a emissão de dois pareceres:

1 – Manteremos o parecer que foi votado na última reunião do Conselho de Ilha, mas com um novo número de ofício que será enviado à entidade respetiva.

2 – Emitiremos um segundo parecer sobre o «Plano Regional Anual para o ano de 2024».

A proposta do senhor presidente da Mesa mereceu a concordância de todos os senhores conselheiros.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Este plano a médio prazo é a materialização do ponto de vista da execução do programa do Governo, uma matéria sobre a qual não me parece que o Conselho de Ilha tenha grande legitimidade para se pronunciar. Podemos adicionar uma lista de desejos – como já fizemos – mas não temos que debater o programa do Governo que foi legitimamente aprovado por quem tinha esse poder. O ideal seria dizermos que apreciámos o documento e não vamos esperar que o Governo mude o seu programa em função dos nossos interesses, a não ser que queiramos esclarecer algumas situações. Com todo o respeito por quem aprovou o programa do Governo, creio que é isto que devemos fazer.

Conselheiro Nuno Melo Alves (em representação da AMAH): Não me oponho às observações feitas pelo senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que são pertinentes e têm também a ver com a questão da sobreposição de competências atribuídas a certos órgãos que acabam por não poder levá-las a cabo.

Noutro âmbito, aproveito para referir algumas situações que surgiram após a elaboração destes documentos e se interligam com a petição que temos para analisar na nossa Ordem de Trabalhos de hoje. O incêndio no HDES (Hospital do Divino Espírito Santo) em Ponta Delgada revelou um dos grandes problemas da região que se tem agravado ao longo das últimas décadas, ou seja, a limitação de redundâncias ao nível das especialidades nos três hospitais.

Ocorreu um incêndio num hospital público quando, por acaso, existe ao lado um hospital privado. Se tivesse ocorrido um sismo ou outra situação qualquer que provocasse danos na pista do aeroporto de Ponta Delgada, teríamos um problema muito grave ao nível da mobilidade. Com a experiência que temos após o que aconteceu com a crise sísmica em São Jorge e que esperamos não venha a acontecer com a crise sismo vulcânica que tem ocorrido na ilha Terceira, é importante ressaltar a necessidade do máximo de redundâncias possíveis em termos de especialidade, pelo menos nos serviços hospitalares urgentes. Sabemos que se levantam dificuldades em termos clínicos e de profissionais de saúde mas

julgo haver soluções para aliviar a situação através de uma troca de equipas médicas com protocolos até com o Governo da República. As equipas médicas de cá que lá se deslocarem, exercem de forma diferente e as que cá vierem poderão mostrar outras técnicas, permitindo a necessária rotação. É óbvio que tudo isto implica dificuldades e custos acrescidos devido à nossa dispersão territorial e nem a própria União Europeia consegue perceber estas dificuldades provocadas pela insularidade.

Acho que não devemos deixar de fazer este alerta de forma clara. Será com certeza grande o investimento que terá que ser feito no hospital de Ponta Delgada, mas é também necessária uma complementação com investimentos nos outros dois hospitais. O Serviço Regional de Saúde passa pela necessidade de uma redundância funcional das principais especialidades.

Uma reivindicação de todos os partidos desde há largos anos é uma segunda equipa de evacuações sediada nas Lajes. Além do próprio aparelho, é preciso ter em conta o fator humano, mas esta redundância talvez facilitasse um pouco a tarefa da Força Aérea Portuguesa ao evitar evacuações em determinadas situações.

Cada vez se justificam menos situações como a que está relatada nesta petição. Felizmente são muito raras, mas acontecem de vez em quando, e a eficácia faz toda a diferença em áreas tão críticas como esta. Por vezes tem que se perder um pouco a eficiência para garantir a eficácia e a segurança, o acesso a serviços de saúde e um conjunto de tratamentos urgentes. É por esta razão que existe um grupo de trabalho e um envolvimento entre o Governo Regional e o Governo da República na busca de soluções para um reforço do financiamento na área da saúde, que é ainda mais sentida num território disperso como o nosso. Por vezes acontecem situações que nos assustam e ninguém quer passar por isso.

Conselheiro José Azevedo (Associação Agrícola da Ilha Terceira): Muito bom dia a todos.

Subcrevo o que foi dito pelo senhor conselheiro Nuno Melo Alves, distribuindo uma resposta à saúde pelos três hospitais da região.

O plano para 2024 é genérico para toda a região e não conseguimos identificar as obras específicas para a ilha Terceira, por isso e juntamente com a Mesa do Conselho de Ilha, gostaria de acrescentar alguns pontos que considero primordiais. Terá que haver um compromisso da parte do Governo Regional relativamente a algumas obras a executar entre 2024 e 2028, tais como: a reparação e ampliação do porto da Praia da Vitória, a requalificação da aerogare das Lajes, o restauro da via Vitorino Nemésio e os acessos a ela paralelos.

É também necessário um claro investimento numa campanha eficaz de desratização, um problema de saúde pública que se tem vindo a acentuar de forma pertinente na ilha Terceira e também na Graciosa. Não são apenas os agricultores que ficam doentes devido à leptospirose, porque há ratos por todo o lado e não apenas nos terrenos agrícolas. Há ratos nos jardins das casas, nos pomares, nas matas, nas ribeiras e em zonas abandonadas.

É necessário um investimento concreto com dinheiro do Governo Regional porque esta situação não se resolve apenas com as ações das câmaras municipais e algum veneno que é fornecido aos produtores agrícolas. Terá que ser feito um combate efetivo com o empenho de toda a população e até mesmo a Universidade dos Açores poderá talvez identificar algum tipo de raticida mais eficaz.

Tem-se vindo a bater sempre na mesma tecla e é urgente alterar-se este paradigma da ilha Terceira. Quem cala consente, por isso temos que fazer aqui referência a esta e outras situações que devem ser tidas em conta em termos futuros.

Conselheiro Marcos Couto (CAAH – presidente da Mesa): O senhor conselheiro Paulo Luís vai relembrar um parecer anterior que vem um pouco no sentido do que temos vindo a debater.

Conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Como disse há pouco, na reunião do Conselho de Ilha do dia 5 de abril de 2021 foram colocados à votação dois pareceres e os senhores conselheiros optaram pelo segundo que diz o seguinte:

«O Conselho de Ilha da Terceira, reunido no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, reitera o que disse no comunicado da última reunião onde os Planos e Orçamentos foram apreciados (16 de outubro de 2019), juntando os pareceres que lhe foram entregues no decurso dos trabalhos da reunião de hoje 5 de abril de 2021.

O Conselho de Ilha da Terceira considera ainda que, da leitura dos documentos em análise, é lícito tirar as seguintes conclusões:

- 1. Não há grandes mudanças de paradigma em relação aos anos anteriores;*
- 2. Planos e Orçamentos pouco ambiciosos, sendo que algumas reivindicações do passado continuam sem respostas;*
- 3. Falta detalhar pormenores quanto às verbas para a ilha Terceira, revelando apenas que há poucos investimentos e muitas despesas correntes;*
- 4. Como parceiros que devem ser do Governo Regional, as IPSS têm de ser mais ouvidas no tocante aos apoios a conceder e às políticas sociais a implementar;*
- 5. Bairros Sociais sem os apoios suficientes para a conclusão das obras em curso, bem como outros equipamentos sociais que, precisando de urgente manutenção, não têm dotação neste orçamento;*
- 6. O porto da Praia da Vitória, sendo estratégico para a ilha Terceira, deve merecer uma melhor atenção do Governo Regional que continua sem uma decisão clara quanto ao seu futuro;*
- 7. Finalmente, os conselheiros entendem que deve o "Terceira Tech Island" ser considerado um projeto de extrema importância para a ilha Terceira, pelo que o seu funcionamento deve ser garantido.»*

Conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Posto à votação, este parecer foi aprovado por unanimidade. Fui tomando algumas notas, sendo que algumas entroncam com o nosso parecer. Posso elencar alguns pressupostos que devem constar no nosso parecer no que toca às «Orientações de Médio Prazo 2024-2028». Um dos pontos seria a revisão da redundância nos hospitais regionais dos Açores.

Conselheira Helga Barcelos (Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo): Bom dia a todos os senhores conselheiros.

Seria bom que ficasse também registado um ponto acerca da empregabilidade e da formação. Tenho-me debatido um pouco sobre isto e vejo cada vez mais os cursos de formação profissional virados para o digital e para o *marketing*. Ao abrirmos o Facebook, vemos uma série de propostas para ajudantes de cozinha, copeiros, apoio ao domicílio, carpinteiros, canalizadores e eletricitistas. Queremos sentar toda a gente em frente a um computador na era do digital e vamos deixar de ter pessoas para executarem estas tarefas.

A área das formações profissionais tem que ser revista com a criação de incentivos para que as pessoas tenham este tipo de formação. Penso que as empresas estão disponíveis para remunerarem os estágios mas é preciso alunos para colocar nos sítios e depois tenham mais experiência quando enfrentarem o mercado do trabalho. Não me parece que haja alguma empresa que não esteja disponível para pagar um bom ordenado se houver produtividade da parte do funcionário.

Estamos a fazer uma aposta no turismo e ao domingo quase não há restaurantes abertos. A forma de cativar alguns funcionários é fechar ao domingo porque toda a gente quer dedicar este dia à família. Estamos a investir e a tentar atrair turismo e onde é que os turistas vão comer ao domingo? Temos que criar uma forma diferente de incentivar o ensino profissional, não tanto para o digital e para o *marketing*, direcionando-o para as áreas onde existem propostas de trabalho.

É preciso promover também uma articulação entre as escolas profissionais das várias ilhas. As pessoas podem tirar o curso numa determinada ilha e regressar às origens com algum tipo de incentivo. Paga-se o curso ao aluno desde que cumpra três anos de funções na região. Acho uma boa iniciativa a isenção de impostos para os jovens durante os primeiros anos mas temos que pensar em formas de cativar as pessoas para essas áreas.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Voltando à questão da desratização, há situações que têm a ver com as moléculas que são usadas nos venenos. Estamos a ter uma despesa imensa com raticida que tem uma eficácia quase nula porque a regulamentação tornou-se muito restritiva em relação ao que é possível utilizar.

Quanto aos pombos, não há nada a fazer. Fizemos um investimento na aquisição de um anticonceptivo, que era pouco eficaz mas sempre fazia algum efeito, no entanto já é também proibida a sua utilização.

Há pouco foi aqui referida a via Vitorino Nemésio, que é estruturante, e à qual deve ser dada prioridade em relação às restantes vias. Os caminhos agrícolas estão completamente destruídos e nos últimos tempos temos recebido umas cartas interessantes do IROA, dizendo que a sua manutenção é da responsabilidade das câmaras municipais. Esta é uma interpretação um pouco alargada do que consta no estatuto das vias terrestres, uma matéria muito preocupante porque implica despesas de muitos milhões de euros. Uma coisa é manter os caminhos limpos e arrumados, a outra é construí-los praticamente de novo; veja-se a situação daquela sequência de buracos na bacia dos Cinco Picos onde já não há manutenção possível, só fazendo os caminhos de novo.

Seria bom que o enfoque nos caminhos agrícolas fosse muito claro no parecer do Conselho de Ilha porque este é um dos principais problemas da ilha Terceira. Vão-se resolvendo os problemas das vias municipais e regionais mas os caminhos agrícolas estão num estado verdadeiramente desesperante, levando a uma grande perda de competitividade para a principal atividade económica da ilha.

Conselheira Helga Barcelos (Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo): A Serra do Cume é um dos principais pontos turísticos da ilha e aquele caminho de acesso está completamente inacessível.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): O mesmo se passa em relação à Serra de Santa Bárbara.

Conselheiro José Azevedo (Associação Agrícola da Ilha Terceira): A falta de manutenção e limpeza das bermas e agueiros para escoar as águas é que destrói os caminhos agrícolas, por isso sugiro que solicitemos a presença do presidente do IROA, S.A. numa próxima reunião do Conselho de Ilha para que nos possa dizer o que está projetado para a ilha Terceira em termos de investimento e dar também algumas justificações a respeito da manutenção dos caminhos agrícolas. Sei que a Canada da Bica na Fonte do Bastardo deveria ter sido construída em 2022 e outras deveriam constar no plano, mas não houve mais nada para caminhos na ilha Terceira. Sabemos que não podem ser todos construídos ou reparados de uma só vez, mas em tempos o IROA sempre ia fazendo obras e ao menos que se faça um caminho por ano.

Temos aqui um representante do Governo Regional mas, à semelhança do que já fizemos, convidando outras personalidades para nos darem algumas justificações e informações a respeito de obras como, por exemplo, o porto da Praia da Vitória, deveríamos convidar também o senhor presidente do IROA para nos falar dos caminhos agrícolas numa próxima reunião do Conselho de Ilha.

Os senhores membros da Mesa foram recebendo sugestões dos senhores conselheiros relativamente aos vários pontos a serem incluídos na proposta de parecer do Conselho de Ilha que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Ponto 2 – Emissão de Parecer sobre a Petição n.º 1/XIII «Por um sistema de evacuações médicas mais eficaz pela FAP na RAA».

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): O objeto desta petição é legítimo e quem protesta merece toda a nossa solidariedade; contudo, o texto contém uma afirmação inaceitável que é uma referência a um hospital central, algo que não pode passar em claro neste Conselho de Ilha porque não queremos hospitais centrais.

Sendo solidário com os atrasos que possam acontecer em evacuações e imaginando a aflição das pessoas, as coisas não podem ser assim. Podemos dizer que somos a favor da existência de mais uma tripulação e que se tomem as medidas necessárias para que as evacuações se façam com a devida celeridade, mas nos Açores não pode haver nenhum hospital central. Por ter havido um incêndio no hospital de Ponta Delgada, não se pense que é altura de se fazer um hospital central que engula tudo o resto. É isto que já circula nos artigos de opinião. Leiam o que foi publicado cá na ilha Terceira sobre esta matéria, algo que nem sequer pode ser admitido como hipótese.

Este parecer é extremamente importante e deve ser escrito com todas as letras e os devidos «pontos nos is» sem irmos para o «politicamente correto». Concordamos que haja uma segunda tripulação e que a Força Aérea Portuguesa faça o que tiver a fazer no sentido de garantir que o sistema de evacuações funcione como deve ser, mas o hospital da ilha Terceira é central como qualquer outro. Existindo a Força Aérea Portuguesa na ilha Terceira, é aqui que deve ficar centrado o sistema de evacuações aéreas, algo de que não devemos abdicar ou permitir sequer que se fale noutra coisa. Que fique bem claro e com todas as letras que, nos Açores, não há e nem queremos um hospital central.

Conselheiro Nuno Melo Alves (em representação da AMAH): Sublinhando o que foi dito pelo senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, é importante deixar bem explícita no nosso parecer, a necessidade de reforçar a tal redundância com a existência de três hospitais centrais que se possam equiparar num leque considerável de especialidades.

Conselheira Hélia Cardoso (deputada do CHEGA na ALRAA): Bom dia a todos os senhores conselheiros.

Acho que não convém exagerar porque a peticionária é uma cidadã que ficou aflita com a situação da mãe e não tem conhecimentos específicos de saúde; referia-se à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria, que tem o hospital de Ponta Delgada como referência, e não me parece que estivesse a pensar em política de saúde da região quando escreveu a petição. Este esclarecimento não me parece necessário porque a Unidade de Evacuações Aéreas é gerida pelo HSEIT (Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira).

Conselheiro Marcos Couto (CAAH – presidente da Mesa): Não nos podemos esquecer que esta é uma ambição muito antiga de São Miguel e tudo é aproveitado para esse centralismo crescente naquela ilha. Percebo perfeitamente a sua intervenção porque, durante

muito tempo, estive imbuído nesse espírito colaborativo inter-ilhas que acaba por ser unidirecional, ou seja, é sempre de cá para lá; de lá nunca vem nada e o que é aproveitado pelo parecer dos outros é que vamos ter um hospital central.

Conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Esta questão de um hospital central surgiu depois do incêndio no hospital de Ponta Delgada, uma situação que não se colocava na altura em que a peticionária recolheu as assinaturas. Ainda assim, hoje dia 15 de maio de 2024 e com base no que já aconteceu, devemos referir no parecer do Conselho de Ilha da Terceira que somos contra a existência de um hospital central e a favor do reforço dos três hospitais dos Açores.

As nossas circunstâncias geográficas trazem-nos várias preocupações. Como geógrafo, também me preocupo e não podemos esquecer que o reforço das evacuações aéreas passa também pelos recursos humanos. Há pouco a senhora representante da Câmara do Comércio falava da necessidade de algumas profissões no mercado de trabalho e um responsável militar da base das Lajes informou que não há recursos humanos para assegurar uma segunda tripulação para evacuações na ilha Terceira, o que não impede que façamos referência à necessidade de uma redundância do sistema.

Conselheiro Marcos Couto (CCAH – presidente da Mesa): Esta ideia de um hospital central não é nova. Todos se lembram da vontade de se criar o CHA (Centro Hospitalar dos Açores) centrado em São Miguel, algo que vão tentando fazer, de uma maneira ou de outra.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Não se perceba das minhas palavras qualquer crítica ao que aqui diz a senhora Joana Bairos, uma pessoa que conheço e pela qual tenho a máxima simpatia. Percebo que haja aqui alguma liberdade de linguagem mas esta é uma afirmação que não é nova. Quando fui secretário regional com competência na área da saúde, este assunto já andava em cima da mesa e a construção do novo hospital da ilha Terceira foi uma reação a essa tentativa de concentração.

Assumi funções no Governo Regional dos Açores quando o hospital de Ponta Delgada estava a ser construído. Coube-me gerir a construção da última fase do edifício e as operações que levaram ao seu arranque e a grande dificuldade na altura era evitar que o novo hospital de Ponta Delgada engolisse todos os outros, o que esteve quase a acontecer. Este assunto tem trinta anos e o que está aqui escrito com alguma liberdade de linguagem acaba por ser o que vai na mente popular, ou seja, um hospital central para seis ilhas localizado em São Miguel, algo que não queremos.

A senhora escreveu com as suas dores e com muita razão, acho que temos a obrigação de ser solidários e concordamos que a Força Aérea deve ter uma nova tripulação para evacuações, contudo é preciso que fique claro e muito bem escrito que não queremos nenhum hospital central. Esta é uma questão factual e não há aqui espaço para sermos «politicamente corretos». Temos assistido ao crescimento do bairrismo de uma forma

extraordinária e cada vez mais virulenta e não podemos fingir que não vemos, falando sempre de uma maneira muito correta.

Não, não existe um hospital central nos Açores, nem pode existir. Já temos uma praga chamada «aeroporto central», não vemos aceitar o mesmo numa área como a da saúde. Como hoje pudemos ver nas notícias sobre a POL NATO e a economia dos Açores, temos uma outra praga que é o «porto dos Açores».

Creio que a senhora Joana Bairos não estava a pensar nisto mas, devagar, devagarinho, estas questões vão entrando na linguagem corrente e na mente popular, o que para nós é inaceitável. Do meu ponto de vista, o parecer deste Conselho de Ilha deve começar por dar razão à senhora, demonstrando a nossa solidariedade, contudo temos que acrescentar um ponto muito duro e bem claro sobre esta matéria para não cairmos no «politicamente correto» e colaborarmos em algo que pode ser muito complicado para o nosso futuro. Conseguimos chegar ao estado em que nos encontramos mas, se não tivermos cuidado, as coisas vão-se desmantelando em cada passo que vamos dando.

Conselheiro José Azevedo (Associação Agrícola da Ilha Terceira): Estamos solidários com a aflição da peticionária num momento de problemas de saúde familiar e percebemos que o seu hospital de proximidade seja o de Ponta Delgada, mas é muito mau que a saúde fique concentrada numa só ilha. A ilha Terceira tem vindo a defender a descentralização da saúde, o que infelizmente foi evidenciado com este incêndio no hospital de Ponta Delgada. A centralidade da saúde não é benéfica e a sua operacionalidade deve ser distribuída equitativamente pelos três grandes hospitais da região.

É indiscutível que a centralidade das evacuações deve continuar na ilha Terceira, porque é aqui que existe a Base Aérea N.º 4, e a criação de outra infraestrutura em São Miguel iria causar grandes transtornos ao aeroporto de Ponta Delgada que já está muito congestionado.

Conselheira Hélia Cardoso (deputada do CHEGA na ALRAA): A saúde é uma área complexa. Também não sou a favor de um hospital central mas temos que ter em atenção que, certas especialidades requerem população para que os médicos tenham mão, sejam expeditos, façam corretamente os seus diagnósticos e possam atuar em conformidade. Há certas especialidades que nunca poderão existir nos hospitais da Horta e de Angra do Heroísmo e, se calhar, nem no hospital de Ponta Delgada, porque não há população suficiente. Não é à toa que apenas existam Unidades de Queimados em dois hospitais do continente, por se tratar de situações muito específicas.

Temos que ponderar bem sobre a existência de especialidades iguais em todos os hospitais porque assim os habitantes da ilha do Corvo podem dizer que também têm direito. Vamos analisar com calma estas situações relacionadas com a saúde porque as coisas não são bem assim. Fico um bocadinho assustada quando vejo pedir especialidades iguais para todos os hospitais, porque isto tem custos e não é benéfico para os doentes.

Conselheiro Marcos Couto (CCAH – presidente da Mesa): Senhora deputada, vou daqui sensibilizado com a sua abnegação em relação a este tema. Percebo a sua argumentação mas, à exceção da Cirurgia Geral, não há casuística para nada nos Açores. Na altura em que se debateu o CHA e se falava sobre a famigerada Unidade de Radioterapia que saiu da Terceira para São Miguel e depois acabou por ser aberta cá também, a casuística não existiu num lado nem no outro. Dando-lhe outro exemplo, a casuística para a existência da Unidade de Hemodinâmica nos Açores é zero, no entanto abriu-se em São Miguel.

Percebo a boa intenção da senhora deputada, mas lembre-se que eles não querem saber disso para nada. Para eles não há casuística nem dinheiro público que seja bem ou mal gasto, tudo tem que ser feito lá. Dei-lhe dois exemplos pelos quais passei diretamente, mas posso dar-lhe mais no que diz respeito à Pneumologia.

Existe uma lei regional que obriga a que todos os doentes de Gastrenterologia sejam tratados na região, mas o HDES não envia doentes desta especialidade para a ilha Terceira, preferindo enviá-los para Lisboa, enquanto nós somos obrigados a enviá-los para São Miguel. Assim como muitos dos que aqui estão, conheço profundamente este assunto, por isso não se deixe ir por aí porque eles vêm de falinhas mansas e nós acabamos sempre por ceder porque somos benevolentes e muito mais sérios, quer intelectualmente, quer do ponto de vista de princípios.

O senhor presidente informou que a Mesa iria redigir um texto, fazendo constar todas estas opiniões e informações no parecer do Conselho de Ilha, o que mereceu a concordância de todos os senhores conselheiros.

Ponto 3 – Outros assuntos.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Voltando à questão das competências das autarquias, que é novamente uma das minhas prioridades devido a esta situação do IROA, o que está a acontecer é uma transferência de competências que não é acompanhada pela devida repartição de recursos. Estamos a ficar numa situação excessivamente diferenciada em relação ao que está a acontecer no continente, que é perigosa para o financiamento futuro das autarquias. Não nos podemos esquecer que somos essencialmente financiados pelos impostos do continente já que, dos impostos da região, recebemos apenas 5 % do IRS e 0,37 % do IVA, o que é uma verdadeira «fortuna».

É fundamental que esta situação seja revista pelos diversos partidos políticos e se faça aqui uma menção que, no que diz respeito à rede agrícola, não pode haver uma imputação de competências sem o devido acordo entre as autarquias e o Governo Regional no sentido de se fazer uma gestão adequada. Existe neste momento alguma possibilidade de financiamento comunitário para a rede agrícola, que está exclusivamente afeto ao Governo. As autarquias não têm acesso a esse financiamento e não podem ficar com o prejuízo da manutenção e

reparação das estradas, que estão todas esburacadas, quando é o Governo que fica com o dinheiro e foi dono até agora, mantendo-as ou não, consoante o seu entendimento.

Proponho que, da parte do Conselho de Ilha da Terceira, se faça uma manifestação de preocupação no sentido de o Governo Regional também se empenhar no diálogo com a Associação de Municípios dos Açores para se encontrar uma solução adequada para a rede agrícola regional.

Conselheiro José Azevedo (Associação Agrícola da Ilha Terceira): A intervenção do senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo vem ao encontro do que eu já tinha solicitado, ou seja, a presença do senhor presidente do IROA no Conselho de Ilha porque é o IROA que tem a capacidade de se candidatar a fundos comunitários e alguns caminhos têm que ser feitos de raiz. É fundamental que o Conselho de Ilha exerça uma intervenção persuasiva sobre o IROA porque a rede agrícola da ilha Terceira está a precisar de uma intervenção urgente.

Conselheira Vânia Ferreira (presidente da CMPV): Muito bom dia a todos os senhores conselheiros.

Esta matéria foi abordada na última reunião da Intermunicipal onde houve o compromisso de pedirmos a auscultação do senhor Secretário e sei que o assunto está a ser diligenciado. O senhor Secretário poderá ser ouvido pela administração da Associação de Municípios e também numa reunião da Intermunicipal onde terá a oportunidade de nos transmitir as intenções em relação a esta situação. Logo que os municípios fiquem melhor informados, partilharemos essas informações com os membros do Conselho de Ilha, o que não invalida que em setembro venhamos a dispor de mais matéria para podermos tomar as nossas posições mediante o que nos for apresentado.

Conselheira Rita Belo Santos (em substituição do presidente da AMAH): Bom dia a todos.

Começo por dizer que tenho pena que não estejam aqui presentes mais deputados em representação da ilha Terceira na ALRAA. Acredito que os restantes membros deste Conselho estejam solidários com a minha intervenção e aproveito a presença do senhor representante do Governo Regional que poderá transmitir esta minha preocupação a quem de direito.

No plenário do passado mês de abril houve uma intervenção verdadeiramente preocupante por parte da senhora Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas a respeito do Festival FOLK AZORES. Sabemos que há voos mas a tarifa Lisboa/Terceira custa mais de 400 euros e aumenta todos os dias. A direção do festival, da qual faço parte, pediu várias audiências e tem estado em diálogo com o Governo Regional, mas a intervenção da senhora Secretária na Assembleia Legislativa Regional foi deveras preocupante: «Façam o festival dentro de casa porque não há motivo nenhum para o fazerem naquela altura do ano.»

Se a senhora Secretária tivesse acedido aos nossos pedidos de audiência, passaria a saber por que razão o Festival FOLK AZORES tem que ser realizado naquela altura, uma data estratégica em que acontecem vários festivais internacionais na Europa. Vêm grupos de toda a parte do mundo que não viajam apenas para permanecerem dez dias na ilha Terceira; percorrem uma rota europeia de festivais, incluindo dois que acontecem na ilha de São Miguel.

Voltando à área da cultura que é preocupante, há pouco o senhor presidente da Mesa do Conselho de Ilha disse e muito bem que esta nossa solidariedade constante que temos para com São Miguel não nos é retribuída de forma alguma. A senhora Secretária Regional não fez qualquer observação sobre a mudança da data do Festival do Porto Formoso que ocorre exatamente na mesma altura, mas o FOLK AZORES na ilha Terceira pode ser alterado para qualquer outra altura do ano.

É com muita pena minha que constatei que, apenas uma senhora deputada eleita pela ilha Terceira defendeu esta situação, o que me leva a questionar se os senhores deputados eleitos pela nossa ilha, estão a defendê-la ou a defender os interesses dos partidos pelos quais foram eleitos. Foi verdadeiramente triste e vergonhoso assistir àquele debate e ver que a senhora deputada Andreia Costa, que teve que se ausentar há pouco desta reunião, foi a única que defendeu o Festival FOLK AZORES num triste exemplo da posição do Governo Regional dos Açores para com a ilha Terceira.

Pergunto se os restantes deputados não gostam e não defendem a cultura na ilha Terceira, preferindo que vá para São Miguel. Como não estão aqui presentes, não podemos entrar em diálogo, mas não poderia deixar de referir esta situação a todos os senhores conselheiros e à senhora deputada Hélia Cardoso. Esta mensagem não é diretamente para si mas creio que a senhora também estava no plenário e lamento que seja a única aqui presente neste momento.

Conselheiro Rui Espínola (em representação do Governo Regional): Muito bom dia a todos os senhores conselheiros. Apesar de não ter intervindo nos pontos anteriores, como terceirense concordo com o que aqui tem sido dito.

Prestando alguns esclarecimentos à senhora conselheira Rita Santos, posso falar com conhecimento de causa porque fiz parte do FOLK AZORES durante seis anos. Houve sempre dificuldades na realização do festival, que hoje está muito mais facilitada porque a organização foi criando mecanismos de financiamento face à redução do investimento público. Lembro que a final tinha lugar na Praça Velha mas o festival foi evoluindo ao longo dos tempos e o espetáculo final transitou para a praça de touros, criando mecanismos de financiamento através dos valores adquiridos na bilheteira e da angariação de patrocinadores.

A cultura não pode nem deve viver exclusivamente do financiamento e a questão dos transportes sempre foi um problema apesar de, noutros tempos, o volume de turismo ser inferior ao que temos hoje, o que influencia substancialmente a organização do FOLK AZORES.

Atualmente é muito mais difícil aos diversos grupos viajarem para a ilha Terceira a preços competitivos, sobretudo os provenientes da América Latina. Além disso e durante muito tempo, o Governo Regional intervinha junto da SATA, permitindo que a companhia praticasse preços mais atrativos. Como todos sabemos, a verdade é que a SATA está falida e existe um pedido de intervenção do Governo Regional como acionista junto da sua administração para que faça o *forcing* de criar melhores tarifas para esses grupos no pico do mês de agosto em plena época alta turística; contudo e dado que a SATA está a ser acompanhada pela Comissão Europeia, passando por um processo de reestruturação e privatização, a situação não é assim tão simples e até mesmo a própria TAP não consegue fazer voos extraordinários para a Terceira.

Não me revejo nas declarações da senhora Secretária e penso que queria dizer exatamente o que acabei de dizer, ou seja, referir-se às dificuldades em organizar aquele ou qualquer outro evento na época alta. Amanhã tem início na ilha Terceira o Conselho Coordenador do Sistema Educativo Regional porque é impossível realizá-lo em São Miguel. Este evento tem ocorrido alternadamente nas duas ilhas mas as tarifas aéreas estão mais caras para São Miguel do que para a Terceira e está a abrir-se também aqui uma oportunidade de mercado.

É sempre difícil a realização de qualquer evento durante o mês de agosto, seja em São Miguel, na Terceira ou em qualquer outra ilha e o FOLK AZORES sofre também essas consequências, mas o Governo Regional pode ajudar de outras formas, nomeadamente em termos de disponibilização de instalações, por exemplo.

O Governo Regional tem a obrigação de ajudar para que o Festival FOLK AZORES se mantenha, porque é importantíssimo para a ilha Terceira, mas não podemos apenas bradar aos céus e temos que entender o contexto em que vivemos atualmente. Felizmente para todos nós, temos um volume de turismo bastante acentuado no mês de agosto, o Festival FOLK AZORES acontece imediatamente a seguir às Festas da Praia da Vitória e foi sempre um evento difícil de levar a cabo.

Conselheiro Marcos Couto (CCAH – presidente da Mesa): Permita-me que lhe diga que, a pedido da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, a TAP reforçou a operação para a ilha Terceira com dois voos praticados por aviões Airbus A330 por semana e foi notícia, um voo que fez para São Miguel. Vamos ter uma reunião com a TAP e também com a SATA, precisamente para garantir esse reforço.

Verdade seja dita, a TAP tem demonstrado sempre mais disponibilidade do que a SATA em reforçar os voos para a Terceira, apesar de as coisas terem mudado um pouco com a anterior administração do senhor Luís Rodrigues e do senhor Mário Chaves, que foram reforçando progressivamente as operações da SATA do Porto para a Terceira; no entanto, vamos dar o benefício da dúvida e esperar pelo que vai sair desta nova administração.

Discordo do senhor deputado Rui Espínola relativamente ao que disse a respeito da senhora Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, que sabia muito bem o que pretendia dizer. Se há alguém na política açoriana que sabe o que quer dizer, é a doutora Berta Cabral que não engana ninguém, e nunca me saiu da memória a questão relacionada com a Cruz Vermelha Portuguesa. Está aqui presente o senhor professor Álamo de Meneses que ganhou a luta com um KO técnico a respeito do que a doutora Berta Cabral pretendia fazer com a Cruz Vermelha Portuguesa nos Açores e na ilha Terceira quando era Secretária de Estado. Há pessoas que não têm memória mas eu não me vou esquecendo destas e de muitas outras coisas que a senhora Secretária fez. Homenagem seja feita ao senhor professor Álamo de Meneses, que ganhou de forma brilhante essa luta bairrista da, então Secretária de Estado da Defesa e atual Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Aceito que o senhor Diretor Regional Rui Espínola, mais uma vez imbuído do espírito terceirense, acredite que a doutora Berta Cabral queria dizer outra coisa, mas a senhora Secretária disse exatamente o que queria dizer, tal como em muitas outras situações, o que não me surpreende minimamente.

Conselheira Rita Belo Santos (em substituição do presidente da AMAH): Agradeço a explicação do senhor Diretor Regional, que lamento não tenha sido dada pela senhora Secretária aquando dos pedidos de audiência que lhe foram feitos. Entretanto e justiça seja feita, pedimos audiências com outros membros do Governo Regional, nomeadamente com a senhora Secretária Regional da Educação e Cultura, que acedeu imediatamente ao nosso pedido, recebeu-nos, foi extremamente dialogante e mostrou-se disponível para colaborar connosco dentro do possível no que seria da sua tutela.

Como acabou de referir o senhor presidente da Mesa do Conselho de Ilha, à semelhança do que faz todos os anos, a TAP acedeu novamente ao nosso pedido, bloqueando-nos o avião com a tarifa de outubro que é muito diferente da tarifa de dezembro.

Agradeço mais uma vez o esclarecimento do senhor Diretor Regional Rui Espínola, lembrando que a minha intervenção se destinou sobretudo aos senhores deputados eleitos pela ilha Terceira que, reforço mais uma vez, não defenderam a sua ilha.

Conselheira Helga Barcelos (Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo): Há uma relação histórica da TAP com a ilha Terceira, enquanto para a SATA, a ilha Terceira nunca existiu, só existiu São Miguel. Felizmente e o que nos vale é a TAP, que sempre viu a ilha Terceira como o seu principal mercado de entrada nos Açores. É importante que isto seja dito e sempre que posso, viajo na TAP.

Conselheiro José Azevedo (Associação Agrícola da Ilha Terceira): Temos estado a falar do Festival FOLK AZORES mas, se pretendemos realizar algum evento estratégico na ilha Terceira, esbarramos na mesma questão e não conseguimos trazer cá ninguém.

Não sei o que se passa em relação às Festas do Senhor Santo Cristo em Ponta Delgada, mas tem que haver voos extraordinários para as Sanjoaninas, para as Festas da Praia da Vitória, para o FOLK AZORES e para outros eventos estratégicos para a ilha Terceira. Independentemente dos preços, é impossível meter todos os participantes do FOLK AZORES nos voos que estão previamente agendados.

Pelos vistos, a TAP consegue mais facilmente realizar voos extraordinários, apesar de ter as suas rotas preenchidas, talvez mais do que a SATA. É esta disponibilidade que precisamos da parte do Governo Regional para a Terceira e para outras ilhas que queiram também organizar os seus eventos. A Feira Açores, que deveria ocorrer no Pico ou no Faial, não vai acontecer porque não há voos nem estadia. Haverá as feiras de ilha mas não há mobilização de pessoas e as coisas vão-se perdendo.

Mais do que o preço, que sempre pode ser um pouco colmatado com apoios do Governo Regional, o problema reside na disponibilidade de aviões. Aconteceu com o FOLK AZORES mas a situação é transversal a outros eventos como o Fórum Nacional de Apicultura que organizámos na ilha Terceira, mas tivemos que ajustar a data à disponibilidade dos aviões.

Ouvi as declarações da senhora Secretária e fiquei chocado pela forma como foram feitas, fosse por desconhecimento ou por má vontade.

Conselheiro Marcos Couto (CAAH – presidente da Mesa): Qualquer das razões é grave.

Conselheiro José Azevedo (Associação Agrícola da Ilha Terceira): Vamos passar a fazer as festas da ilha Terceira no inverno? É a questão que coloco à senhora Secretária.

Conselheira Helga Barcelos (Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo): Não ouvi os comentários da senhora Secretária Berta Cabral, mas a primeira forma de matar um evento é mudar-lhe a data que todos conhecem há muitos anos. O que aconteceria se disséssemos à senhora Secretária para mudar a data das Festas do Senhor Santo Cristo em Ponta Delgada? O mesmo se passaria se nos dissessem para mudarmos a data das Sanjoaninas. Lamentavelmente, não tenho dúvidas que terá havido uma intensão menos correta na forma como a situação foi exposta.

Conselheiro Marcos Couto (CAAH – presidente da Mesa): A Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo vai organizar três grandes eventos na ilha Terceira até ao final do ano no valor de muitos milhares de euros e conta com zero apoios do Governo Regional.

Quando a GLEX SUMMIT aconteceu em São Miguel, teve um apoio de 400 mil euros concedidos pela senhora Secretária Berta Cabral. O ano passado aconteceu na ilha Terceira e o apoio do Governo Regional foi zero. Este ano vai acontecer de novo na Terceira e o apoio será outra vez zero. Se não fosse a Câmara Municipal de Angra e o senhor professor Álamo de Meneses, não haveria GLEX SUMMIT na ilha Terceira. Tendo em conta as suas dificuldades, a Câmara Municipal da Praia da Vitória tem também ajudado imenso dentro do que lhe é

possível e sabemos que o voltará a fazer para o ano. O conselheiro Paulo Barcelos dos Montanheiros pode testemunhar a projeção que a GLEX SUMMIT nos traz com a articulação da Secretaria Regional da Educação e Cultura que tem sido incansável.

Sem quaisquer apoios do Governo Regional, vamos organizar ainda na ilha Terceira uma enorme quantidade de eventos para miúdos dos Açores e dois grandes eventos com os maiores operadores turísticos americanos e europeus. Com zero apoios do Governo Regional, conseguimos trazer para a Terceira a AIRMET, outro grande evento que conta com a presença de quatrocentos operadores turísticos regionais.

Conselheiro José Azevedo (Associação Agrícola da Ilha Terceira): Tendo em conta a ausência dos senhores deputados regionais, deveríamos enviar-lhes a gravação da reunião do Conselho de Ilha.

Conselheiro Marcos Couto (CCAH – presidente da Mesa): Enviar-lhes-emos depois a ata da reunião.

Conselheiro Rui Espínola (em representação do Governo Regional): Posso informar que os senhores deputados do PSD encontram-se em jornadas parlamentares na ilha de São Miguel, daí a impossibilidade de participarem nesta reunião do Conselho de Ilha.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 11h45m do dia 15 de maio de 2024, da qual se elaborou a presente ata que vai assinada pelos membros da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira.

Os membros da Mesa:

Marcos Duarte Machado do Couto

Rita Belo Santos

Paulo Manuel Martins Luís

José António Sozinho Azevedo